

PARA COMBATER O NEOLIBERALISMO A SAÍDA É ORGANIZAR A CLASSE TRABALHADORA!

O Capitalismo é um sistema de crises cíclicas, a cada fracasso, as classes dominantes se organizam para reestruturá-lo através de novos ataques à classe trabalhadora. Seja através de suas próprias instituições ou pela repressão e violência direta ao povo.

Para aprofundar políticas neoliberais, que visam a destruição total do estado, a burguesia têm apoiado governos de ultradireita, que atacam as liberdades democráticas e, em alguns casos, promovem a invasão de territórios e o genocídio de povos inteiros (como no caso da Palestina).

Apesar dos duros ataques, os trabalhadores resistem. Apoiados pela classe trabalhadora de todo o mundo, que denunciam o genocídio promovido por Israel, o povo palestino permanece se levantando contra a limpeza étnica. Na Argentina, os trabalhadores realizaram a primeira Greve Geral contra o plano econômico de Javier Milei.

É verdade que os governos não são iguais e, portanto, não devem ser tratados da mesma forma. Mas uma coisa não muda: de um jeito ou de outro, a retirada de direitos se aprofunda. Aos trabalhadores não resta outra saída, senão ampliar nossa organização, resistência e luta.

ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS, SÓ A LUTA PODE GARANTIR CONQUISTAS!

No Brasil, vivemos um momento de reorganização política importante. Derrotamos nas urnas Bolsonaro e a ultra direita neoliberal. Fomos parte das lutas contra as privatizações de Zema aos serviços essenciais em Minas Gerais e evitamos a precarização da educação, impedindo a contratação de professores via processo seletivo em Belo Horizonte.

Apesar disso, as reformas trabalhista e da Previdência não foram revogadas. O desemprego segue em alta, assim como o preço dos alimentos, o que mantém grande parte da população em situação de pobreza. A extrema direita ainda mostra resiliência nas ruas e tem se reorganizado.

As mudanças do Novo Ensino Médio, atenderam mais aos donos das grandes empresas que aos Estudantes. O MEC tem sido utilizado para garantir os lucros desses empresários, seja por meio por meio da transferência de verbas da educação para empresas privadas ou pela submissão ideológica, essencial para a manutenção do controle do capital.

BELO HORIZONTE TAMBÉM SEGUE A CARTILHA DO NEOLIBERALISMO

O prefeito Fuad Noman (PSD) iniciou seu governo seguindo a cartilha de seu antecessor Alexandre Kalil. Mas para garantir a maioria na Câmara Municipal, deu uma guinada radical à direita. A cidade enfrenta graves problemas: enchentes e inundações, transporte coletivo caro e precário, aumento da violência e ausência total de transparência nas contas públicas.

Na educação, Fuad aprofundou sua aliança com os setores privatistas. Aumentando as creches conveniadas e contratos com empresas que vendem de apostilas à telas interativas, que custam milhões aos cofres públicos. Por outro lado, o prefeito não garante o pagamento do piso para os professores e paga o pior salário do país aos trabalhadores terceirizados.

Motivos não faltam para iniciarmos o ano com um movimento forte! Organizar a nossa categoria para a Campanha Salarial de 2024 é a nossa primeira tarefa. Estamos certos que aos trabalhadores não resta outra saída senão ampliar nossa organização e resistência para seguir lutando!



BOLETIM ESPECIAL

TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO CONCURSADOS

CAMPANHA SALARIAL/ EDUCACIONAL 2024



MOBILIZAR A CATEGORIA PARA GARANTIR UM REAJUSTE DIGNO PARA A EDUCAÇÃO!

A educação possui verbas próprias que precisam ser utilizadas para valorizar os trabalhadores

A campanha salarial dos servidores municipais do ano de 2024 foi adiantada pela própria Prefeitura de Belo Horizonte. Ao finalizar a campanha salarial de 2023, ainda no início do ano passado, a equipe econômica do governo Fuad (PSD) informou aos servidores a sua intenção de antecipar a apresentação do índice de Reajuste Salarial para outubro de 2023, para que a campanha fosse finalizada antes dos prazos legais para a eleição de 2024.

Contudo, uma série de trapalhadas do Governo fez com que a campanha se estendesse até hoje. A primeira reunião, em outubro, aconteceu sem sequer apresentar o índice prometido e com a recusa em debater pautas específicas dos setores. Em novembro, um índice que não cobria sequer a inflação do período foi apresentado, com um índice de 5,9% em duas parcelas de 2,91%, sendo a segunda paga somente em janeiro de 2025. A proposta foi rejeitada por todos os sindicatos dos servidores, que responderam com uma greve, encabeçada pelo Sindibel.

Novas reuniões foram realizadas, com pequenas alterações. Ainda em novembro a proposta de pagamento do índice de 5,92% em parcela única e em dezembro com a adição de uma nova parcela de 2% a ser paga em janeiro de 2025, chegando à recomposição de 8,04%.

A categoria rejeitou a proposta, convocando uma assembleia com indicativo de greve para este dia 06/02. Na última reunião com a PBH, realizada em janeiro, a diretoria reivindicou a aplicação do reajuste de 3,62%, referente ao Piso Nacional do Magistério em todos os níveis das carreiras da educação (ativos e aposentados). Além de demandas específicas dos AAEs, bibliotecários, aposentados e terceirizados.

É urgente que o prefeito efetive políticas de valorização dos trabalhadores em Educação, para isso é necessário que atendam as demandas específicas do setor. A política de abono não é uma política de valorização, uma vez que exclui os aposentados e terceirizados, não garante ganhos salariais e não incide sobre a aposentadoria.



VEM AÍ!



CLUBE DE BENEFÍCIOS SIND-REDE/BH



Mais informações
escaneie o código QR:

ou acesse: sindrede.org.br/convenios



Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

Av. Amazonas, 491, 10º andar - Centro - Belo Horizonte / MG

sindrede.org.br @sindredebh @sindrede Sind-REDE

File-se ao Sind-REDE/BH

Seja parte de uma Rede que não se
rompe e não se deixa abater!



Mais informações
escaneie o código QR:

ou acesse: sindrede.org.br/file-se

QUEREM QUE O TRABALHADOR EM EDUCAÇÃO SEJA HERÓI. MAS SALÁRIO É DEVORADO PELO DRAGÃO DA INFLAÇÃO!

A lei do Piso Nacional do Magistério, criada em 2008, tem o objetivo de fazer cumprir uma das principais metas do Plano Nacional de Educação (PNE), valorizar os profissionais da educação, com reajustes anuais, de modo que a carreira do magistério alcance uma média salarial compatível com outras profissões de mesma formação acadêmica. Isso porque não é segredo pra ninguém que os professores no Brasil recebem salários mais baixos do que em outros países.

O piso salarial é, ou deveria ser, o menor salário a ser pago ao trabalhador da educação pública no primeiro nível da carreira, em qualquer estado ou município do país. Mas em Belo Horizonte, desde o estabelecimento da Lei do Piso, acontece um fenômeno contrário. Há anos o reajuste do piso nacional da educação apresenta valores superiores aos reajustes da Rede Municipal, que vem acumulando perdas inclusive para a inflação vigente, posicionando o município que outrora tinha um dos melhores salários entre as capitais, em um dos que paga os piores salários hoje.

Considerando o período entre Janeiro de 2008 até junho de 2023, os reajustes concedidos pela Prefeitura não conseguiram recompor nem sequer a inflação, gerando uma defasagem salarial de 10,16% em relação ao INPC. Se comparada com o Piso Nacional do Magistério, a diferença é de incríveis 107,98%.

A perspectiva das perdas inflacionárias e da desvalorização em relação ao piso é importante para a categoria entender qual a prioridade que os governos municipais tem dado para a Educação e nortear a luta dos trabalhadores em defesa de seus direitos.

janeiro 2008
R\$980,00

15 anos

junho 2023
365,3%

junho 2023
123,7%

PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO

CATEGORIA

EVOLUÇÃO SALARIAL COMPARATIVA SALÁRIOS DA CATEGORIA X PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO

jan 2008	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2022	jan 2023	jun 2023	2024
R\$ 980,00	12,5%	17,2%	28%	40,6%	49,3%	59,8%	63,8%	67,8%	72%	76,2%	82,9%	88,9%	111,2%	123,7%	CATEGORIA R\$ 2.656,23
R\$ 980,00	7,8%	24,9%	52,7%	64,9%	78,6%	101,8%	124,8%	141,9%	158,4%	169,2%	203,8%	304,8%	365,3%	365,3%	PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO R\$ 4.580,57

